



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
Procuradoria Jurídica - SUDESB/DG/PROJUR

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA PARA FOMENTO

TERMO DE FOMENTO
N.º 07/2021, QUE
ENTRE SI CELEBRAM
A
SUPERINTENDÊNCIA
DOS DESPORTOS DO
ESTADO DA BAHIA –
SUDESB E A
FEDERAÇÃO
BAHIANA DE
GINÁSTICA - FBG.

A **SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA – SUDESB**, autarquia criada pela Lei Delegada n.º 37, de 14.03.83, modificada pelas Leis n.ºs 4.697 de 15.07.87, 6.074 de 22.05.91 e 9.424 de 27.01.05, com sede na Rua dos Radioamadores, n.º 159-357, Pituaçu, Salvador Bahia, CEP: 41740-090, representada neste ato por seu Diretor Geral, **VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO**, nomeado pelo Decreto Simples do Governador, publicado no DOE de 27.02.2019, doravante denominada simplesmente **SUDESB** e a **FEDERAÇÃO BAHIANA DE GINÁSTICA - FBG**, CNPJ n.º 00.424.426/0001-72, Inscrição Municipal n.º 306.866/001-20, situada à Praça Castro Alves, Edifício Palácio dos Esportes, s/n.º, 1º andar, Sala 103, Centro, Salvador, Bahia, CEP: 40.020-160, com Estatuto arquivado em Cartório Santos Silva – 2º Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Salvador/BA, sob o n.º 61096, por meio da **Inexigibilidade de Chamamento Público n.º 08/2021**, conforme **Processo Administrativo SEI n.º 069.1486.2021.0001790-91**, neste ato representada pela sua Presidente, Sra. **EVELIN DE OLIVEIRA LOBO SOUSA**, Documento de Identidade Civil n.º 03982181-10, emitido pela SSP/BA, inscrita no CPF sob o n.º 673.208.055-53, residente e domiciliada na Avenida Oceânica, n.º 1765, Edifício Maison Dargant, apto. 402, Barra, Salvador, Bahia, CEP: 40140-130, doravante denominada **OSC CELEBRANTE**, formaliza o presente **TERMO DE FOMENTO**, que se regerá pela Lei n.º 13.019/2014, que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil, e pelo Decreto Estadual n.º 17.091/2016, mediante as cláusulas e condições discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Fomento o apoio financeiro para fazer frente às despesas de Infraestrutura, Divulgação, Premiação, Material Promocional, Operacionalização de sistema, Marketing e Outros Serviços, do “**CIRCUITO BAIANO DE GINÁSTICA – EDIÇÃO 2021**”, a ser realizado no período de **15 de outubro de 2021 a 15 de fevereiro 2022**, no **Ginásio Municipal do Aracui, em Lauro de Freitas/Ba.**, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de **123 (cento e vinte e três) dias**, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado. A vigência da parceria poderá ser

alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto, de acordo com o Art. 55, da Lei nº. 13.019/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – REPASSE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pela execução do objeto deste Termo de Fomento, a SUDESB repassará à **FEDERAÇÃO BAHIANA DE GINÁSTICA - FBG**, no prazo e condições constantes deste instrumento a importância global estimada em **R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais)**, de acordo com o cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho, ANEXO I, por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade Orçamentária: 21.301 - Superintendência de Desportos do Estado da Bahia - SUDESB

Unidade Gestora: 0001 - Superintendência de Desportos do Estado da Bahia - SUDESB - Executora

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 811 - Desporto de Rendimento

Programa: 303 - Desenvolvimento Produtivo

PAOE: 5779 - Promoção de Atividade de Esporte de Alto Rendimento

Região de Planejamento: 9900 - Estado

Natureza da Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições - Entidades

Destinação de Recurso: 0.246.000000 - Recursos Vinculados ao Desenvolvimento do Desporto - Lei nº 9.615/98

Valor da Despesa: R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais)

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos financeiros transferidos pelo Estado da Bahia para a execução do objeto deste Termo de Fomento serão movimentados em conta bancária específica e exclusiva na Caixa Econômica Federal: Agência n.º 2218, Operação n.º 003, Conta Corrente n.º 4.138-1, vinculada a este termo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, mediante termo aditivo, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

PARÁGRAFO QUARTO

É vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no objeto da parceria a que se refere este instrumento, pagamento de despesas efetuadas anterior ou posterior ao período de vigência deste termo, bem como remunerar, a qualquer título, servidor ou

empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

PARÁGRAFO QUINTO

Não será permitida a previsão de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.

PARÁGRAFO SEXTO

Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Serão admitidos pagamentos em espécie desde que comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência bancária, que deverão estar previstos e justificados no plano de trabalho e, nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, a OSC deverá justificar os motivos na prestação de contas, os quais serão avaliados pela administração pública.

PARÁGRAFO OITAVO

Os pagamentos em espécie estarão restritos ao limite por credor de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais), levando-se em conta a duração da parceria, não dispensando o registro do credor final da despesa na prestação de contas.

PARÁGRAFO NONO

Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, entre outras despesas, remuneração de equipe dimensionada no plano de trabalho, diárias, custos indiretos, aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, observadas as disposições do art. 46 da Lei n.º 13.019/2014.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O processamento das compras e contratações pela OSC feitas com o uso de recursos financeiros provenientes de parceria deverá observar os princípios da impessoalidade, da economicidade e da eficiência, além de observar o disposto no art. 21 do Decreto Estadual n.º 17.091/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

As cotações de preços deverão conter a identificação das empresas ou pessoas consultadas, com indicação de endereço, número de telefone e números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou Cadastro de Pessoa Física - CPF, de modo a permitir a sua aferição pelos controles interno e externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

A OSC responderá exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Durante a vigência deste termo é permitido o remanejamento de recursos de custeio constantes do Plano de Trabalho, desde que não altere o valor total da parceria destinado a custeio, devendo a OSC apresentar justificativa para as eventuais variações.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas neste Termo de Fomento;

III- quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV – quando a OSC deixar de apresentar prestações de contas.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

META CUMPRIDA - NÃO GLOSA

META CUMPRIDA PARCIALMENTE - GLOSA O VALOR EQUIVALENTE AO ITEM DA META NÃO CUMPRIDA.

META DESCUMPRIDA - GLOSA 100% DO ITEM CUSTEADO

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO

É vedada a redistribuição dos recursos ou de trespasse, cessão ou transferência da execução do objeto a terceiros, ainda que para entidades congêneres, exceto pela atuação em rede, nas condições estabelecidas na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

O presente Termo de Fomento poderá ser alterado a qualquer tempo, a critério da Administração, mediante termo aditivo, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A OSC poderá solicitar a alteração da vigência da parceria mediante formalização e justificativa, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A alteração do Termo de Fomento poderá ensejar a revisão do Plano de Trabalho para alteração de valores ou metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A parceria deverá ser alterada mediante apostila, independentemente de anuência da OSC, para:

I. indicação dos créditos orçamentários;

II. alteração do nome do Gestor da Parceria e alteração da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

A alteração do Termo de Fomento pressupõe a manifestação prévia da unidade técnica da administração pública a qual se vincula a parceria mediante justificativa por escrito, apreciação jurídica da Procuradoria Jurídica e autorização do Diretor Geral da SUDESB.

PARÁGRAFO QUINTO

Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA OSC CELEBRANTE

Cabe à OSC as seguintes obrigações:

I. executar satisfatória e regularmente o objeto deste Termo de Fomento;

II. prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;

III. manter escrituração contábil regular;

IV. divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

V. manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto nos arts. 51 e 53 da Lei nº 13.019/2014;

VI. devolver à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria;

VII. dar livre acesso aos agentes da administração pública, ao controle interno e ao Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

VIII. responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de investimento e de custeio, inclusive as relativas à pessoal;

IX. aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, bem como zelar pela boa qualidade da execução da parceria, buscando alcançar os resultados pactuados;

X. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado à administração pública e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção da parceria, exceto quando isto ocorrer por exigência da administração pública ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

XI. manter, em boa ordem e guarda, à disposição da administração pública e dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria, que deverão ser emitidos em nome da OSC Celebrante, devidamente identificados com o número do Termo de Fomento durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, ou o prazo que dispuser legislação específica;

XII. observar medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;

XIII. não é permitida a atuação em rede para execução desta parceria.

XIV. manter, durante toda a execução da parceria, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na seleção;

XV. destacar a participação do Governo do Estado e do SUDESB em qualquer ação promocional relacionada ao Termo de Fomento, obtendo previamente o seu consentimento formal;

XVI. utilizar os bens e serviços custeados com recursos da parceria exclusivamente na execução do objeto deste Termo de Fomento;

XVII. encaminhar ao Gestor da Parceria cópia das notas fiscais relativas à compra de bens na prestação de contas final.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA SUDESB

A SUDESB, além das obrigações contidas neste Termo de Fomento por determinação legal, obriga-se a:

I. realizar tempestivamente o repasse dos recursos financeiros à OSC;

II. manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;

III. divulgar, em seu sítio oficial na internet, os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

IV. prestar esclarecimentos e informações à OSC que visem orientá-la na correta execução da parceria, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente termo;

V. prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Fomento em toda sua extensão e no tempo devido;

VI. proceder à publicação resumida do Termo de Fomento e de seus aditamentos, no Diário Oficial do Estado, no prazo legal de até 10 (dez) dias corridos contados da data de sua assinatura, contendo, obrigatoriamente, a indicação do número de referência do chamamento público ou do ato de fundamentação legal da dispensa ou inexigibilidade, nome das partes, objeto, valor, fonte orçamentária da despesa, prazo de duração e o nome do Gestor da Parceria;

VII. designar Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA, por ato publicado no Diário Oficial do Estado, para monitorar e avaliar o cumprimento do Plano de Trabalho;

VIII. acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;

IX. analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;

X. providenciar a consignação das dotações destinadas a custear este Termo de Fomento no projeto de Lei Orçamentária, assim como estabelecer a sua previsão no planejamento plurianual do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Considerando a natureza do objeto da parceria, a Coordenação de Excelência Esportiva indica o servidor Gerson Figueiredo de Oliveira, matrícula nº 69586404, telefone (71) 3116-9122, para avaliação do Projeto, e o Gestor da Parceria será o Coordenador de Excelência Esportiva, SINVAL VIEIRA, matrícula 69.446.277-9, telefone (71) 3116-9121, conforme Portaria nº 82/2019, publicada no Diário Oficial do Estado de 23 de julho de 2019. O responsável da SUDESB, pelo acompanhamento da prestação de contas enviada pela entidade, será a Coordenadora de Contratos e Convênios, Ivanildes Machado Vilas Boas Souza, matrícula nº. 69.605102-9, telefone (71) 3116-9226. Informamos, também, a existência de Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pela Portaria nº 020/2020, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 7 de março de 2020.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A forma de monitoramento e avaliação estará definida no Plano de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação elaborado pelo Gestor da Parceria, que contemplará, dentre outros elementos, o planejamento das atividades contendo as técnicas e instrumentos a serem utilizados nos trabalhos de acompanhamento, monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados em cada atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico de terceiros, de delegação de competência ou de celebração de parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, conforme previsto no § 1º do art. 58 da Lei nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O Gestor da Parceria emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria 10 (dez) dias úteis após a execução do objeto, que observará os requisitos dispostos em lei, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

PARÁGRAFO TERCEIRO

No ato da homologação, a Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá gerar recomendações de melhoria da parceria com base nas informações contidas no relatório técnico de monitoramento e avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

O Gestor da Parceria encaminhará relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria homologado ao Diretor Geral da SUDESB e à OSC e providenciará a sua publicação no sítio eletrônico oficial ou na plataforma eletrônica, quando disponível.

CLÁUSULA OITAVA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas constitui-se no procedimento de análise e avaliação da execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo duas fases: apresentação das contas, de responsabilidade da Organização da Sociedade Civil; análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil ocorrerá de forma:

a) Final, até 90 (noventa) dias após o término da vigência deste instrumento de parceria, podendo este prazo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado pela OSC e aprovado pela administração pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a apresentação pela OSC do relatório de execução do objeto e do relatório de execução financeira, na forma prevista no art. 18 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O custo dos recursos alocados parcialmente na realização do objeto da parceria será determinado mediante rateio, cuja memória de cálculo deverá ser detalhada nos Relatórios de Prestação de Contas, contendo os critérios de rateio, o valor do custo total do recurso e de todas as frações rateadas, com especificação das respectivas fontes provedoras (nome, CNPJ e o número do instrumento de parceria/contrato).

PARÁGRAFO QUARTO

A apresentação dos documentos indicados no parágrafo segundo desta cláusula não obsta que a administração pública solicite outros documentos necessários à avaliação e ao monitoramento da execução da parceria, conforme as especificidades de seu objeto.

PARÁGRAFO QUINTO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria, devendo considerar em sua análise os documentos previstos no Plano de Trabalho, o relatório de execução do objeto e, em caso de descumprimento de metas e resultados ou indícios de irregularidade na aplicação dos recursos, o relatório de execução financeira.

PARÁGRAFO SEXTO

Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O Gestor da Parceria considerará ainda nas análises de prestações de contas o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, quando houver.

PARÁGRAFO OITAVO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise da prestação de contas, parte integrante do relatório técnico de monitoramento e avaliação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua apresentação, prorrogável por igual período desde que devidamente justificado, avaliando-a como:

- a) regular, quando expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- b) regular com ressalva, quando evidenciar impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- c) irregular, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias: omissão no dever de prestar contas; descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho; dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

PARÁGRAFO NONO

O Diretor Geral da SUDESB, aprovará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a prestação de contas desde que cumpridos o objeto e as metas da parceria, ressalvando a aprovação quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

PARÁGRAFO DÉCIMO

Nas hipóteses de prestação de contas avaliada como irregular ou de omissão de prestação de contas, o Gestor da Parceria notificará a OSC, podendo esta:

- a) sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período; ou
- b) apresentar recurso, com efeito não suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, ao Gestor da Parceria, o qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhará o recurso ao administrador público do órgão ou entidade, para decisão final no prazo de 15 (quinze) dias.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O saneamento da irregularidade será realizado por meio do ressarcimento ao erário dos recursos financeiros relacionados com a irregularidade, podendo a OSC solicitar ao Diretor Geral da SUDESB, autorização para que o ressarcimento seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no instrumento de parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Persistindo a irregularidade após o decurso do prazo para o seu saneamento, o Diretor Geral da SUDESB, rejeitará a prestação de contas, instaurará o processo de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II, art. 73 da Lei nº 13.019/2014, cabendo ainda:

- I. vedar a transferência de novos recursos;
- II. registrar a rejeição e suas causas em sítio oficial na internet, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

A análise das prestações de contas não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
- III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

A prestação de contas e todos os atos que dela decorram serão disponibilizados em sítio oficial na internet.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

A administração pública apreciará a prestação final de contas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável, justificadamente, por igual período.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS HUMANOS

Poderá ser paga com recursos da parceria a remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As despesas com remuneração de equipe previstas no Plano de Trabalho são proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria, assim como compatíveis com o valor de mercado e observam os acordos e convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo Estadual.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a OSC deverá demonstrar na prestação de contas a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O pagamento das verbas rescisórias, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO

A contratação de pessoal para execução da parceria será precedida de processo seletivo, observadas a publicidade e a impessoalidade.

PARÁGRAFO QUINTO

O pagamento de remuneração de pessoal contratado pela OSC com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

PARÁGRAFO SEXTO

Fica vedada à administração pública a prática de atos de ingerência direta na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcione o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS

Durante a vigência da parceria, os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos provenientes da celebração da parceria serão gravados com cláusula de inalienabilidade, e, na hipótese de extinção da OSC, esta deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública.

PARÁGRAFO ÚNICO

São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO DO TERMO DE FOMENTO

A rescisão do Termo de Fomento poderá ser efetivada:

I. por ato unilateral da administração pública, na hipótese de:

a) não haver saneamento pela OSC de irregularidades na execução da parceria, após transcurso do prazo previsto para a regularização;

b) o Estado apresentar razões de interesse público para a rescisão, de alta relevância e amplo conhecimento.

II. por ato unilateral da OSC, na hipótese de:

a) atrasos dos repasses devidos pela administração pública, superiores a 90 (noventa) dias da data fixada para o repasse, cabendo à OSC notificar a administração, sem prejuízo da obrigatoriedade do Estado da Bahia arcar com as despesas incorridas pela OSC para execução do objeto da parceria;

b) comprovado desequilíbrio econômico-financeiro do termo de fomento, que inviabilize o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, sem que tenha havido a repactuação da avença.

III. por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A intenção da rescisão deverá ser formalizada no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes da concretização do ato rescisório.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de rescisão prevista no item a) do inciso I, a autoridade competente da administração pública determinará a imediata instauração de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº. 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ENCERRAMENTO DA PARCERIA

Ao final da sua vigência ou quando da sua rescisão, o Termo de Fomento será considerado extinto devendo a administração e a OSC prosseguir com as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações de encerramento elencadas no parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Quando do encerramento deste Termo de Fomento, independente dos motivos que o ocasionaram, deverá a:

OSC:

a) apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias de acordo com art. 69 caput e § 1º da Lei nº 13.019/2014], a Prestação de Contas Final do período de vigência do Termo de Fomento;

b) devolver à administração pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

SUDESB:

a) apreciar a prestação de contas final apresentada pela OSC no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias contado da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, podendo o prazo ser prorrogado justificadamente por igual período.

PARAGRAFO SEGUNDO

As partes deverão assinar Termo de Encerramento do Termo de Fomento que deverá conter a data efetiva de encerramento das atividades e declaração de cumprimento dos compromissos assumidos pela OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item b.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As sanções estabelecidas nos itens b e c são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após (02) dois anos de aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

I. A administração pública poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

II. Em qualquer hipótese é assegurado à OSC amplo direito de defesa, nos termos da Constituição Federal, sem que decorra direito a indenização.

III. Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

IV. Este termo poderá ser denunciado a qualquer tempo.

V. Fica eleito o Foro do Município de Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.

VI. E, por estarem assim plenamente de acordo, firmam o presente Termo de Fomento na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador/Ba., de _____ de 2021.

VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO
Diretor Geral da SUDESB

EVELIN DE OLIVEIRA LOBO SOUSA

Presidente da OSC CELEBRANTE**Testemunhas:**

1) _____
(nome e CPF legível)

2) _____
(nome e CPF legível)

ANEXO I – PLANO DE TRABALHO**A. IDENTIFICAÇÃO DA OSC:**

Dados da OSC

Nome da OSC: Federação Bahiana de Ginastica – FBG

CNPJ: 00.424.426/0001-72

Data de Criação: 26 de Agosto de 1986

Endereço: Praça Castro Alves, s/n, Ed. Palácio dos Esportes, sl 103, Centro, Salvador - BA, CEP 40.020-160

Telefone: 71-3321-2624

Endereço eletrônico (e-mail): federacaobahianadeginastica@yahoo.com

Dados do Representante Legal

Nome: EVELIN DE OLIVEIRA LOBO SOUSA

Endereço: Av. Oceânica, 1765, Ed. Maison Dargent, ap. 402, Barra, CEP 40.140- 130, Salvador – BA (071)2137-9128 / 99182-7588 / 98432-8888

Endereço eletrônico (e-mail): evelinlobo@yahoo.com.br

RG/Órgão expedidor/UF: 03.982.181-10 SSP-BA

CPF: 673.208.055-53

B. OBJETO DA PARCERIA:

O Objetivo da parceria visa viabilizar financeiramente um evento inovador, através do **CIRCUITO BAIANO DE GINÁSTICA – EDIÇÃO 2021**, Categorias: Baby Mirim, Pré-infantil, Juvenil e Adulto. Modalidades: Ginástica Aeróbica, Rítmica, Artística e Ginástica Para Todos, vinculado ao Plano Plurianual 2020 a 2023 por meio do:

Programa: 303 - Desenvolvimento Produtivo

Compromisso: 03 – Promover o esporte e lazer como um vetor de desenvolvimento produtivo, considerando as vocações territoriais.

Meta: 01 – Expandir a participação de atletas nos programas de esporte de Alto Rendimento

C. OBJETIVO DA PARCERIA:

A realização do Circuito Baiano de Ginástica - edição 2021 objetivando o fomento, fortalecimento e aperfeiçoamento técnico das modalidades: Ginástica Rítmica, Ginástica Aeróbica, Ginástica Artística e Ginástica Para Todos.

D. DESCRIÇÃO DA REALIDADE OBJETO DA PARCERIA E O NEXO COM A ATIVIDADE OU O PROJETO PROPOSTO E METAS A SEREM ATINGIDAS

A Federação Baiana de Ginástica expõe que uma das suas atribuições é de incentivar, defender, promover e fomentar em todo território estadual a prática do Ginástica de base e de alto rendimento e todos os seus demais níveis e a SUDESB - Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia que tem como objetivo o fomento do desporto, recreação e lazer na Bahia, tendo como uma das suas ações o apoio técnico e financeiro ao esporte amador, a FBG vem solicitar através de convênio uma parceira para apoiar a realização do Circuito Baiano de Ginástica – 2021 no período de 15/10/2021 a 15/02/2022.

O referido projeto conta com um cronograma importante de etapas que fazem o ranqueamento dos atletas baianos, permitindo que os mesmos possam estar participando das etapas regionais e nacionais de cada categoria, e tem por finalidade dar prosseguimento às ações de esporte de alto rendimento, revelando talentos esportivos e paradesportivos, naturalmente aflorados pela competição em comento.

A atividade proposta pretende atender aproximadamente a 300 (trezentos) atletas nas modalidades de Ginástica Rítmica, Ginástica Aeróbica, Ginástica Artística e Ginástica Para Todos. Será dividido em categorias para atender um maior público de participantes: Categoria Baby – crianças de 4 a 5 anos; Categoria Mirim – crianças de 6 a 8 anos; Categoria Pré – Infantil – crianças de 9 e 10 anos; Categoria Infantil – pré adolescentes de 11 e 12 anos; Categoria Juvenil – adolescentes de 13 a 15 anos e Categoria Adulto – a partir de 16 anos. A isenção Dar-se-á através da comprovação para participante de escolas publicas ou projetos sócias.

As competições ocorrerão em 4 fases sendo as 3 primeiras fases em formato híbrido, atendendo as demandas de restrição social para que os atletas e treinadores estejam em ambiente próprio facilitando o controle dos protocolos sanitários essenciais. A quarta fase ocorrerá em formato presencial, apenas com os finalistas das fases anteriores, no Ginásio Municipal do Aracui em Lauro de Freitas, Bahia.

E. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E DAS METAS

E.1. AÇÕES

As ações necessárias para o alcance do objetivo da parceria são:

Ação 1. Divulgação do Evento
Critério de Aceitação: A divulgação do evento será realizada através da Assessoria de

imprensa e da Assessoria Social de Mídias com a confecção das peças gráficas digitais e física, personalizadas com logo do Evento, Estado da Bahia, da SETRE e da SUDESB.

Ação 2. Realização das Fases Híbridas

Critério de Aceitação: Realizar as 03 (três) primeiras fases em formato híbrido, no período de 29/10 a 14/12/2021, com transmissão ao vivo e divulgação dos resultados no sistema de notas vinculado ao site da FBG.

Ação 3. Realização da Fase Presencial com Premiação

Critério de Aceitação: Realizar a 4º fase em formato presencial com a contratação de infraestrutura e serviços essenciais, apenas com os finalistas das etapas anteriores no período de 18 a 21/12/2021 no Ginásio Municipal do Aracui em Lauro de Freitas, Bahia, atendendo as demandas de restrição social mediante protocolos de segurança contra o COVID-19. Realizar ainda a premiação dos atletas presentes, e aos demais, o envio da premiação pelos correios.

E.2. INDICADORES, METAS, E PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Os indicadores, metas e parâmetros de avaliação de desempenho da parceria estão definidos no quadro abaixo:

QUADRO DE INDICADORES, METAS E PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO						
Realizar o Projeto “CIRCUITO BAIANO DE GINÁSTICA – EDIÇÃO 2021”		Indicador	Unidade	Meio de Verificação	Qtde/und/diária	Parâmetro de Avaliação de Desempenho
OBJETIVO DA PARCERIA	Disseminar o esporte de alto rendimento, na modalidade de Ginástica Aeróbica, Rítmica Artística	Indicador 1: Nº de atletas participantes	Atletas	Súmula da Prova e Relatório Final	300	Alcance das Metas: Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente Menor

						ou igual a 59% - Meta descumprida
		Indicador 2: Nº de modalidades Ginástica Rítmica, Aeróbica, Artística e Ginástica Para Todos realizadas	Modalidades	Súmula da Prova e Relatório Final	4	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida Menor que 100% - Meta Descumprida
AÇÕES	Ação 1. Divulgação do Evento	Indicador 3: Assessoria de Marketing para divulgação contratada	Assessoria Social de Midia e Imprensa Contatada	Nota Fiscal e Registro Fotográfico	2	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida Menor que 100% - Meta Descumprida
		Indicador 4: Nº de Peças Graficas digitais e física Confeccionadas	Peças Graficas digitais e física Confeccionadas	Nota Fiscal e Registro Fotográfico	2	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida Menor que 100% - Meta Descumprida
	Ação 2: Realização das Fases Híbridas	Indicador 5: Assessoria de Site e Pogramação Contratada	Assessoria de Site e Pogramação Contratada	Nota Fiscal e Registro Fotográficos	2	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida Menor que 100% - Meta Descumprida
		Indicador 6: Serviços de Transmissões ao vivo	Serviços de Transmissões ao vivo Contratado	Nota Fiscal e Registro Fotográficos	4	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta

		Contratado				Cumprida Menor que 100% - Meta Descumprida
Ação 3: Realização da Fase Presencial com Premiação		Indicador 7: Nº Serviços Essenciais e Infraestrutura contratado	Serviços Essenciais e Infraestrutura contratado	Nota Fiscal e Registro Fotográficos	2	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida Menor que 100% - Meta Descumprida
		Indicador 8: Camisas Promocionais Confeccionadas	Camisas Promocionais Confeccionadas	Nota Fiscal e Registro Fotográficos	50	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida Menor que 100% - Meta Descumprida
		Indicador 9: Premiação Entregue e envio nos correios	Premiação Entregue	Nota Fiscal e Registro Fotográficos	1	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida Menor que 100% - Meta Descumprida

F. FORMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES E DE CUMPRIMENTO DAS METAS

O evento ocorrerá no período corrido previsto entre *15 de outubro de 2021 a 15 de fevereiro 2022*. Para a consecução do objeto, deve-se proceder a contratação dos seguintes itens, necessários para realização do evento.

ESTRUTURA DE COMPETIÇÃO:

EMPRESA RESPONSÁVEL PELA LOGÍSTICA – Contratação de Empresas que responderão pelas compras, sub contratações, envios, co-gestão e desenvolvimento dos eventos online em geral, sob a supervisão direta da FBG, e a esta submetida.

LOGÍSTICA DA COMPETIÇÃO:

PREMIAÇÃO – Caberá a esta empresa a organização da cerimônia de premiação presencial, **prevista** para os dias **12/11 e 19/12/2021**, para os atletas que puderem participar presencialmente ou através de representantes.

O Evento de Premiação Presencial seguirá protocolos de segurança vigentes, terá premiação separadas por modalidade e categoria, em horários distintos e pré estabelecidos, não terá nenhum tipo de festividade e ou interação de todos os participantes presentes. E uma vez premiada a última modalidade/ categoria, o evento será dispersado e encerrado.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO – A empresa contratada será responsável pela elaboração do material de divulgação nos meios de comunicação de mídia, televisão e onde mais for possível, tendo o custo limitado ao valor máximo do item previsto em planilha, sob a chancela e supervisão da FBG.

PORTAL DO EVENTO – A empresa contratada será responsável pela elaboração do sistema de inscrições, desenvolvimento, validação das inscrições, execução da competição, divulgação de resultados, controle dos dados e arquivos produzidos, base de dados e tudo mais pertinente ao sistema; tendo o custo limitado ao valor máximo do item previsto em planilha, sob a chancela e supervisão da FBG. Ao final do evento, todos os protocolos, dados, bancos de dados gerados, acessos, senhas e sistemas deverão ser entregues a FBG, que passa a ser responsável direta sobre o sistema, encerrando a participação e responsabilidade posterior da contratada.

COMUNICAÇÃO – A empresa contratada será responsável pela divulgação do Evento nos meios de comunicação de mídia, televisão e onde mais for possível, tendo o custo limitado ao valor máximo do item previsto em planilha, sob a chancela e supervisão da FBG.

G. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES								
ITEM	DESCRIÇÃO - PERÍODO (15/10/2021 a 30/04/2022)	OUT 21	NOV 21	DEZ 21	JAN 22	FEV 22	MAR 22	ABR 22
1.0	Inscrições, validações e formalização das inscrições - 15 a 20/10/2021.	█						
2.0	Período de Competição – 29/10/21 a 19/12/21 (recursos em conta).		█	█				
3.0	Fase 1 - Competição - 29 a 31/10/2021		█					
3.1	Fase 1 - Apuração de Resultados/Divulgação - 01 a 12/11/2021		█					
3.2	Fase 1 - Pagamentos (Organização/Diversos) - 12 a 13/11/2021		█					
4.0	Fase 2 - Competição - 12 a 14/11/2021		█					
4.1	Fase 2 - Apuração de Resultados/Divulgação - 15 a 16/11/2021		█					
4.2	Fase 2 - Pagamentos (Organização/Diversos) - 15 a 16/11/2021		█					
5.0	Fase 3 - Competição - 10 a 12/12/2021			█				
5.1	Fase 3 - Apuração de Resultados/Divulgação - 13 a 14/12/2021			█				
5.2	Fase 3 - Pagamentos (Organização/Diversos) - 13 a 14/12/2021			█				
6.0	Fase 4 - Competição - 18 a 19/12/2021			█				
6.1	Fase 4 - Apuração de Resultados/Divulgação - 20 a 21/12/2021			█				
6.2	Fase 4 - Pagamentos (Organização/Diversos) - 20 a 21/12/2021			█				
7.0	Entrega e Envio das Premiações – 22/12/2021 a 07/01/2022.				█			
8.0	Ações Para Encerramento do Projeto - 02/01 a 15/02/2022.				█	█		
9.0	Encerramento do Convênio / Prestações de Contas - 15/02 a 30/04/2022						█	█

H. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**Alcance das Metas:**

Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida

Entre 60% a 79%- Meta cumprida parcialmente

Menor ou igual a 59% - Meta Descumprida

Alcance da Meta:

Igual a 100% - Meta Cumprida

Menor que 100% - Meta Descumprida

I. PARÂMETROS PARA GLOSA

Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

META CUMPRIDA - NÃO GLOSA

META CUMPRIDA PARCIALMENTE – GLOSA O VALOR EQUIVALENTE AO ITEM DA META NÃO CUMPRIDA.

META DESCUMPRIDA - GLOSA 100% DO ITEM CUSTEADO

J. PERÍODO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Período de Execução: 15 de outubro de 2021 a 15 de fevereiro de 2022

Vigência: 123 (cento e vinte e três dias) dias

Prestação de Contas: 90 (noventa) dias após o término da Vigência.

K. PREVISÃO DE RECEITAS E DE DESPESAS

PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS				
1.	Receitas		Mês 1	TOTAL
1.1	Recursos Recebidos		101.000,00	101.000,00
1.2	Rendimentos Financeiros		0,00	0,00
Total Geral de Receitas			101.000,00	101.000,00
2.	Despesas		Mês 1	TOTAL
2.1	Despesas com Recursos Humanos			
2.1.1	Remuneração da equipe			

2.1.1.1	Salários		0,00	0,00
2.1.1.2	Benefícios (especificar o benefício concedido, ex: plano de saúde, vale transporte, etc.)		0,00	0,00
	Subtotal (Remuneração da equipe)		0,00	0,00
2.1.2	Encargos Sociais			
2.1.2.1	INSS		0,00	0,00
2.1.2.2	FGTS		0,00	0,00
2.1.2.3	FGTS Multa Rescisória		0,00	0,00
2.1.2.4	Recisão de Trabalho (Saldo de Salário, Aviso Prévio, outros)		0,00	0,00
2.1.2.5	PIS sobre a Folha de Pagamento		0,00	0,00
2.1.2.6	1/3 sobre Férias		0,00	0,00
2.1.2.7	13 Salário		0,00	0,00
2.1.2.8	IRRF		0,00	0,00
2.1.2.9	ISSQN		0,00	0,00
2.1.2.10	Outros encargos/tributos		0,00	0,00
	Subtotal (Encargos Sociais)		0,00	0,00
	Subtotal (Recursos Humanos)		0,00	0,00
2.2.	Custos Diretos	QTD		
2.2.1	INFRAESTRUTURA			
2.2.1.1	Locação de Estrutura para grid em	2	6.200,00	6.200,00

	boxtruss Q30, medindo 3,00x5,00m para backdrop. Período: montagem, uso e desmonte			
2.2.1.2	Locação de PÓDIO com 3 posições, 30cm (3º), 50cm (2º) e 70cm (3º) de alturas sendo profundidade de largura de 1,00x1,00m em cada patamar. Frente adesivada. Período: montagem, uso e desmonte.	2	3.800,00	3.800,00
2.2.1.3	Locação de Sonorização para ambiente coberto, composto por 04 caixas em torre, qualidade digital, mesa de som, cabeamento para área de até 100 m, com 04 microfones sem fio e DJ com equipamento próprio. Período: montagem, uso e desmonte.	2	6.600,00	6.600,00
2.2.1.4	Locação de iluminação cênica e aérea contendo grid com lâmpadas PAR, Refletores e LEDs, medidas: 2,00xC=3,00m P4 indoor, com notebook dedicado. Período: montagem, uso e desmonte.	2	7.400,00	7.400,00
2.2.1.5	Locação de 02 Paineis de Led de até A=2,00xC=3,00m P4 indoor, com notebook dedicado, para divulgação de imagens dinâmicas e evento final. Período: montagem, uso e desmonte.	4	5.450,00	5.450,00
2.2.1.6	Locação de 04 MONITORES DE TV COM pedestal próprio, 32" no mínimo, integradas, com notebook dedicado, para divulgação de notas e da transmissão ao vivo. Período: montagem, uso e desmonte.	8	4.000,00	4.000,00
2.2.1.7	Mobiliário, aluguel de mesas, cadeiras em material plástico e toalhas de tecido Oxford para a estrutura presencial, acomodação da equipe de arbitragem e equipe de apoio. Serão no kit: 30 Mesas, 120 cadeiras e 30 toalhas.	2	2.000,00	2.000,00
2.2.1.8	Locação de estrutura divisora de áreas de competição: box truss de 2,5m x 3m de comprimento com malha preta tensionada.	2	1.800,00	1.800,00

2.2.1.9	Aluguel e transporte do tapete específico de competição.	2	6.200,00	6.200,00
2.2.2	DIVULGAÇÃO			
2.2.2.1	Backdrop 3m de altura por 5m de comprimento para a estrutura de fundo do podium.	1	2.200,00	2.200,00
2.2.2.2	Backdrop 1,5m de altura por 1m de comprimento para sinalização do local do evento.	3	2.250,00	2.250,00
2.2.3	PREMIAÇÃO			
2.2.3.1	MEDALHA em material metálico, com banho padrão cor ouro, 6cm de diâmetro, arte em relevo frente e verso, fita de pescoço larga (2cm), personalizada.	150	2.250,00	2.250,00
2.2.3.2	MEDALHA em material metálico, com banho padrão cor prata, 6cm de diâmetro, arte em relevo frente e verso, fita de pescoço larga (2cm), personalizada.	175	2.625,00	2.625,00
2.2.3.3	MEDALHA em material metálico, com banho padrão cor bronze, 6cm de diâmetro, arte em relevo frente e verso, fita de pescoço larga (2cm), personalizada.	175	2.625,00	2.625,00
2.2.3.4	TROFÉU, material metálico com padrão único de 80cm e logomarca adesivada do evento.	100	5.900,00	5.900,00
2.2.4	MATERIAL PROMOCIONAL			
2.2.4.1	Camisa gola careca, manga curta branca com aplicação de estampa colorida, 100% algodão.	50	1.600,00	1.600,00
2.2.5	OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA			

2.2.5.1	Serviço de transmissão: Responsável em executar todas as transmissões ao vivo nos canais da FBG.	4	9.000,00	9.000,00
2.2.5.2	Assessoria de site: Responsável em administrar todo o conteúdo no site da FBG.	4	4.800,00	4.800,00
2.2.5.3	Assessoria de programação digital do Sistema de notas: Responsável em administrar todo o conteúdo no sistema de notas da FBG.	4	4.800,00	4.800,00
2.2.6	MARKETING			
2.2.6.1	Assessoria de Imprensa: Assessoria para divulgação em todos os meios de comunicação. Elaboração e criação dos textos de divulgação do evento.	4	7.000,00	7.000,00
2.2.6.2	Assessoria Social Mídia: Acompanhamento e impulsionamento em todos os canais de comunicação da FBG.	4	4.900,00	4.900,00
2.2.6.3	Designer Gráfico e Marketing: Elaboração de todo o designer das logomarcas. Criação das peças para divulgação nas mídias sociais, peças digitais e confecção/fabricação.	4	3.700,00	3.700,00
2.2.7	OUTROS SERVIÇOS			
2.2.7.1	Serviço de Limpeza: Equipe de limpeza para desinfecção de banheiros e áreas comuns e auxílio na montagem/desmontagens das estruturas físicas.	2	3.900,00	3.900,00
	Subtotal (Custos Diretos)		101.000,00	101.000,00
2.3	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes			
2.3.1	(Especificar)		0,00	0,00
2.3.2	(Especificar)		0,00	0,00

2.3.3	(Especificar)		0,00	0,00
	Subtotal (Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes)		0,00	0,00
2.4	Custos Indiretos			
2.4.1	Internet		0,00	0,00
2.4.2	Transporte		0,00	0,00
2.4.3	Aluguel		0,00	0,00
2.4.4	Telefone		0,00	0,00
2.4.5	Água		0,00	0,00
2.4.6	Luz		0,00	0,00
2.4.7	Serviços contábeis		0,00	0,00
2.4.8	Assessoria jurídica		0,00	0,00
2.4.9	Outros (especificar)		0,00	0,00
	Subtotal (Custos Indiretos)		0,00	0,00
Total Geral de Despesas			101.000,00	

L. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

ANO	1 parcela
2021	R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais)

Este ajuste será liberado em parcela (única), após a publicação do Termo de Fomento no Diário Oficial do Estado, visando à execução do projeto no período 15 de outubro de 2021 a 15 de fevereiro de 2022.

M. PATROCÍNIO/APOIO TÉCNICO LOGÍSTICO

Cobrança de inscrição	SIM	NÃO
	X	
Valor das inscrições	VALOR R\$	
	R\$ 20,00	
<p>Critérios para cobrança de inscrição</p> <p>Será cobrada Taxa de Inscrição apenas para ginastas oriundos de clubes e ou escolas privadas / particulares.</p> <p>NÃO serão cobradas taxas e ou quaisquer outras despesas de ginastas de escolas públicas de qualquer esfera, de projetos públicos, de entidades esportivas de caráter público, em condição de vulnerabilidade social, ou demais situações pertinentes.</p>		

Nota explicativa: Circuito Baiano de Ginástica – 2021, contará com a cobrança de inscrições onde serão convertidas em receitas complementares para o custeio total do evento e com Patrocínio financeiro Público através da SUDESB.

Salvador/Ba., de de 2021.

EVELIN DE OLIVEIRA LOBO SOUSA
Presidente da OSC CELEBRANTE

SINVAL VIEIRA
Coordenador de Excelência Esportiva

VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO
Diretor Geral da SUDESB

Rua dos Radioamadores, nºs 159-357, Pituacu, Salvador, Bahia, CEP 41740-090



Documento assinado eletronicamente por **Elisabete Costa Guimarães Dantas, Procurador Jurídico**, em 22/09/2021, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Evelin de Oliveira Lobo Sousa, Representante Legal da Empresa**, em 22/09/2021, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vicente José de Lima Neto, Diretor Geral**, em 29/09/2021, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sinval Vieira da Silva Filho, Coordenador**, em 29/09/2021, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00036153246** e o código CRC **2B5E8E17**.